

ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁLVARES MACHADO
ASSUNTO: CONTAS ANUAIS
EXERCÍCIO: 2022
RESPONSÁVEL: SR. ROGER FERNANDES GASQUES
PERÍODO: 01/01/2022 a 31/12/2022

SENHORA ASSESSORA PROCURADORA-CHEFE,

Tramitam os autos por esta Assessoria para manifestação acerca da documentação encartada, decorrente da Notificação expedida pelo Exmo. Sr Conselheiro Relator, nos termos do artigo 29, da Lei Complementar 709/93 (Evento 45.1).

Fiscalização de UR-05 em seu bem elaborado relatório (Evento 59.98) apontou irregularidades, quer de caráter formal, ou mesmo de infringência a normas legais.

De plano, registramos a síntese de percentuais apurados pelos Órgãos instrutivos durante inspeção "in loco", a saber:

ITENS	
CONTROLE INTERNO	Irregular
HOUE ADESÃO AO PROGRAMA DE TRANSPARÊNCIA FISCAL DA LEI COMPLEMENTAR Nº 178/2021?	Não
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – Resultado no exercício (déficit)	-3,78%
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – Percentual de investimentos	15,41%
DÍVIDA DE CURTO PRAZO	Favorável
DÍVIDA DE LONGO PRAZO	Favorável
PRECATÓRIOS - Foi suficiente o pagamento/depósito de precatórios judiciais?	Sim
PRECATÓRIOS - Foi suficiente o pagamento de requisitórios de baixa monta?	Não
ENCARGOS - Efetuados os recolhimentos ao Regime Geral de Previdência Social (INSS)?	Sim
ENCARGOS - Efetuados os recolhimentos ao Regime Próprio de Previdência Social?	Prejudicado
TRANSFERÊNCIAS AO LEGISLATIVO - Os repasses atenderam ao limite constitucional?	Sim
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - Despesa de pessoal em dezembro do exercício em exame	42,14%

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - Atendido o artigo 21, I e III, da LRF?	Sim
ENSINO - Aplicação na Educação - artigo 212 da CF (limite mínimo de 25%)	28,14%
ENSINO - Recursos do Fundeb aplicados no exercício (limite mínimo de 90%)	100,3%
ENSINO - Se diferida, a parcela residual (de até 10%) foi aplicada até 30/04 do exercício subsequente?	Prejudicado
ENSINO - Fundeb aplicado na remuneração dos profissionais da educação básica (limite mínimo de 70%)	79,09%
ENSINO - Complementação da União VAAT ao Fundeb aplicada em despesas de capital no percentual mínimo de 15%?	Não se aplica
ENSINO - Complementação da União VAAT ao Fundeb aplicado em educação infantil conforme Indicador para Educação Infantil (IEI)?	Não se aplica
SAÚDE - Aplicação na Saúde (limite mínimo de 15%)	22,45%

Como se depreende do Quadro acima, foi atendido o que determina o artigo 212, da Constituição Federal (aplicação mínima de 25% da receita resultante de Impostos no Ensino), bem como ao inciso XII, do artigo 60 das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 26, da Lei 14.113/2020 (aplicação mínima de 70% do FUNDEB na remuneração dos profissionais do Magistério), bem como, 100% desses repasses no próprio exercício.

De igual modo, as Despesas com Pessoal não ultrapassaram o limite de que trata o artigo 20, inciso II, "b", da Lei Complementar 101/00 (54%), ou seja, corresponderam a 42,14% de suas Receitas Correntes Líquidas.

Quanto às irregularidades apuradas pela Fiscalização de UR-05 e, sob os aspectos de nossa alçada, temos a destacar:

FISCALIZAÇÕES ORDENADAS DO PERÍODO

Mês: Março/2022	Tema: Resíduos Sólidos
Fiscalização Ordenada nº	01/2022
TC e evento da juntada	TC-007116.989.22-9, evento 12
Irregularidades verificadas:	<ul style="list-style-type: none"> Resíduos sólidos fora dos containers e carcaças de veículos na área de transbordo; Não existe monitoramento do aterro sanitário desativado; A prefeitura não possui Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC) elaborado e implantado de acordo com a Resolução CONAMA nº 307/2002 e suas alterações; Não foi elaborado o Plano de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde; A coleta de lixo doméstico no Município não obedece a um cronograma definido (dias, locais e horários pré-estabelecidos); Antes de aterrar o lixo, o Município não realiza algum tipo de

	<p>processamento de resíduo;</p> <ul style="list-style-type: none"> A coleta seletiva no Município não obedece a um cronograma definido (dias, locais e horários pré-estabelecidos); A água que abastece o Município não provém, em sua totalidade, de Estação de Tratamento de Água (ETA); O Município não definiu a entidade responsável pela regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico, em desconformidade à Lei nº 11.445/2007, art. 8º, § 5º; Existem pontos de descarte irregular de lixo no Município (lixo doméstico, lixo da saúde); A área de transbordo/triagem do Município não conta com licença de operação válida da CETESB; Existe depósito de resíduos da Construção Civil a céu aberto (lixão); Foi verificada a seguinte irregularidade na área de triagem/transbordo: presença de animais; Não existe programação de coleta de resíduos de serviços de saúde.
--	---

Irregularidades remanescentes na data da fiscalização in loco (15/05/2023):	<ul style="list-style-type: none"> Resíduos sólidos fora dos containers e carcaças de veículos na área de Transbordo; Não existe monitoramento do aterro sanitário desativado; A prefeitura não possui Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC) elaborado e implantado de acordo com a Resolução CONAMA nº 307/2002 e suas alterações; Antes de aterrar o lixo, o Município não realiza algum tipo de processamento de resíduo; A água que abastece o Município não provém, em sua totalidade, de Estação de Tratamento de Água (ETA); O Município não definiu a entidade responsável pela regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico, em desconformidade à Lei nº 11.445/2007, art. 8º, § 5º; Existem pontos de descarte irregular de lixo no Município (lixo doméstico, lixo da saúde); A área de transbordo/triagem do Município não conta com licença de operação válida da CETESB; Existe depósito de resíduos da Construção Civil a céu aberto (lixão); Foi verificada a seguinte irregularidade na área de triagem/transbordo: presença de animais.
---	---

- Pendências em relação à fiscalização ordenada de Resíduos Sólidos, apontamentos a respeito também no item B.5.1;
- Pendências em relação à fiscalização ordenada da Educação – Infraestrutura e Programas Suplementares;

FISCALIZAÇÃO DA ATUAÇÃO DO CONTROLE INTERNO

- Carência de fiscalizações de natureza operacional e de desempenho previstas na regulamentação das atividades do setor;
- Falhas nas análises dos dados constantes dos próprios relatórios, sem análises mais detalhadas do responsável pelo setor;
- Os relatórios não incluem tópico sobre o atendimento às recomendações deste Tribunal e não há informação das impropriedades apontadas neste relatório;
- O Sistema de Controle Interno não exerce as seguintes funções constitucionais/legais: constatar se está sendo satisfeito o limite para gastos totais da Câmara Municipal; e verificação da fidelidade funcional dos responsáveis por bens e valores públicos;
- Pelo exposto, deixou de cumprir o disposto nos artigos 31, 70 e 74 da Constituição Federal.

OBRAS PARALISADAS

OBRA PARALISADA					
TC	Valor inicial do Contrato (R\$)	Valor total pago (R\$)	Contratada	Data da paralisação	Descrição da obra
Não consta	648.993,56	610.581,04	Terraloc Construções Terrap. e Locações Ltda EPP	04/04/2017	Ampliação do Centro de Triagem - Coleta Seletiva Compensação Ambiental Acordo entre MPF MPE CESP.

Disponível

em:

https://paineldeobras.tce.sp.gov.br/pentaho/api/repos/%3Apublic%3AObra%3Apainel_obras.wcdf/generatedContent?userid=anony&password=zero. Acesso em: 02.06.2023.

- PLANEJAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS – (i –Plan / IEG)

EXERCÍCIOS	2019	2020	2021	2022
i-Planejamento	C	C+	C	C

- A série histórica do IEG-M para a correlata perspectiva demonstra estagnação em baixo índice de efetividade em relação aos últimos exercícios;
- No procedimento de validação do IEG-M, verificação de falhas que ensejaram retificações pela fiscalização, denotando falta de fidedignidade;
- Constatação de ocorrências indicando a necessidade de correções/melhorias nos seguintes assuntos: Diagnóstico; Orçamento; Gestão (Estrutura Administrativa), Controle e Avaliação (Sistema de Controle Interno) e Análises do Sistema Audesp;
- As metas/indicadores utilizadas pela Prefeitura não trazem informações claras, suficientes e mensuráveis sobre o que o município pretende atingir e quais as prioridades da administração pública, ficando prejudicada a verificação da eficácia e da eficiência dos programas e ações previstas nas peças de planejamento, conforme exige o inciso II do art. 74 CF/88;
- A LOA prevê abertura de créditos adicionais por decreto em percentual acima da inflação;
- Não foi possível atestar a eficiência do diagnóstico e a adequação finalística dos programas previstos no PPA do Município; bem como se tornou inviável atestar a adequação do sistema de custos para a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, nos termos do artigo 50, § 3º, da LRF.

ADEQUAÇÃO FISCAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS (i-Fiscal/IEG-M)

- No procedimento de validação do IEG-M, verificação de falha que ensejou retificação pela fiscalização, denotando falta de fidedignidade;
- A Prefeitura não divulga a arrecadação das receitas em tempo real;
- A Contribuição para Custeio da Iluminação Pública (CIP) não foi instituída.

EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO ENSINO (i-Educ/IEG-M)

EXERCÍCIOS	2019	2020	2021	2022
i-Educ	C+	C+	C+	C+

- A série histórica do IEG-M para a correlata perspectiva demonstra estagnação em baixo índice de efetividade em relação aos últimos exercícios;
- Constatação de ocorrências indicando a necessidade de correções/melhorias nos seguintes assuntos:
 - O Município não cumpriu o piso salarial mensal dos professores de Creche, Pré-escola, Anos Iniciais e Anos Finais;
 - Falta de atendimento pedagógico especializado (APE) na rede municipal de ensino aos alunos com necessidades especiais;
 - Estrutura (que necessitavam de reparos) e inexistência de Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB;
 - A Prefeitura possui cinco veículos da frota escolar com mais de 10 anos de fabricação;
 - Existência de mais de 10% do quadro de professores como temporários.

. EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO SAÚDE (i-Saúde/IEG-M)

EXERCÍCIOS	2019	2020	2021	2022
i-Saúde	B	B	C+	C

- A série histórica do IEG-M para a correlata perspectiva demonstra involução;
- Constatação de ocorrências indicando a necessidade de correções/melhorias nos seguintes assuntos:
 - O município não possui controle de absenteísmo para as consultas e exames médicos da Atenção Básica, nem para as consultas médicas de Média Complexidade e nem para os exames médicos da Atenção Básica;
 - Não possui estabelecimentos de saúde da rede própria com mamógrafos e nem equipamentos de ultrassom convencional;
 - Estrutura (que necessitavam de reparos) e inexistência de Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB.

GESTÃO DE CONSULTAS E EXAMES OFERTADOS PELO ESTADO

- Extensa fila de espera (Demanda Reprimida) para a realização de consultas com especialidades médicas e exames, que persiste desde o início do acompanhamento no exercício de 2019, prejudicando o atendimento à população e gerando maiores gastos pela falta de solução e pelos cuidados paliativos necessários até o diagnóstico e tratamento definitivos;
- A política pública em comento não é devidamente desenhada e institucionalizada, dificultando a fiscalização pelos órgãos de controle dos atingimentos das metas, além da eficiência, eficácia e efetividades dos gastos públicos

ESTRUTURA DAS UNIDADES DE SAÚDE

- Durante visita in loco na UBS Diogo Lopes Arques, constatadas inadequações referentes à estrutura e segurança como rachaduras, infiltrações e vazamentos.

. EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS (i-Amb/IEG-M)

EXERCÍCIOS	2019	2020	2021	2022
i-Amb	C	C	C	C

- A série histórica do IEG-M para a correlata perspectiva demonstra estagnação em baixo índice de efetividade;
- No procedimento de validação do IEG-M, verificação de falha que ensejou retificação pela fiscalização, denotando falta de fidedignidade;
- Constatação de ocorrências indicando a necessidade de correções/melhorias nos seguintes assuntos:
 - O Município não possui cronograma de manutenção preventiva ou de substituição da frota municipal;
 - Os servidores não realizaram treinamento específico, voltado para a área, em 2022;
 - Inexistência de ações e medidas de contingenciamento para os períodos de estiagem;
 - A Prefeitura não possui Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção civil;

. ÁREA DE TRANSBORDO E TRIAGEM

Resíduos sólidos fora dos containers, carcaças de veículos na área de Transbordo e presença de animais na área,

Não existe monitoramento do aterro sanitário desativado;

Antes de aterrar o lixo, o Município não realiza qualquer tipo de processamento de resíduos;

O Município não definiu a entidade responsável pela regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico, em desconformidade à Lei nº 11.445/2007, art. 8º, § 5º;

A área não conta com licença de operação válida da CETESB, tendo o município sido multado pelo órgão, por esse motivo, em 450 UFESPs.

EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INFRAESTRUTURA (i-Cidade/IEG-M)

EXERCÍCIOS	2019	2020	2021	2022
i-Amb	C	C	C	C+

- No procedimento de validação do IEG-M, verificação de falha que ensejou retificação pela fiscalização, denotando falta de fidedignidade;
- Constatação de ocorrências indicando a necessidade de correções/melhorias nos seguintes assuntos:
 - A Prefeitura não possui um estudo de avaliação atualizada da segurança de todas as escolas e centros de saúde;
 - Não possui Plano de Contingência Municipal de Defesa Civil e estudo de avaliação atualizado da segurança das escolas e unidades de saúde.

EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (i-Gov TI/IEG-M)

- ❖ A Prefeitura não dispõe de política de cópias de segurança (backup) formalmente instituída como norma de cumprimento obrigatório. Referência: questão nº 3.4.
- ❖ A Prefeitura Municipal informou que não regulamentou a Lei de Acesso à Informação, contrariando o artigo 45 da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Referência: questão nº 4.0.
- ❖ A Prefeitura Municipal não realizou a avaliação (mapeamento) dos tipos de dados (assessment). Referência: questão nº 12.0.

DEMAIS ASPECTOS SOBRE RECURSOS HUMANOS

Natureza do cargo/emprego	Quant. Total de Vagas		Vagas Providas		Vagas Não Providas	
	Ex. anterior	Ex. em exame	Ex. anterior	Ex. em exame	Ex. anterior	Ex. em exame
Efetivos	808	808	578	552	230	256
Em comissão	33	33	32	30	1	3
Total	841	841	610	582	231	259
Temporários	Ex. anterior		Ex. em exame		Em 31.12 do	Ex. em exame
Nº de contratados	81		123		38	

Segundo apurado por UR05, a Prefeitura vem contratando servidores para CARGOS EM COMISSÃO, cujas atividades desenvolvidas e atribuições não se coadunam às excepcionalidades previstas no inciso V, do artíuguo 37, da Cosntituição Federal, são eles:

ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO (pg. 02 do Evento 16.20):

- ❖ Divulgar junto aos meios de comunicação campanhas de interesse público;
- ❖ Assessorar o Gabinete e Divisões no contato com a imprensa em geral;
- ❖ Divulgar os eventos e as cerimônias oficiais do município;
- ❖ Desempenhar tarefas correlatas determinadas por seus superiores.

COORDENADOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO (pg. 08 do Evento 16.20):

- ❖ Desempenhar todas as funções inerentes ao desenvolvimento urbano que estejam no âmbito da Divisão;
- ❖ Executar tarefas correlatas determinadas por seus superiores.

COORDENADOR DE CADASTRO TÉCNICO (pg. 08 do Evento 16.20):

- ❖ Desempenhar todas as funções inerentes ao cadastro técnico que estejam no âmbito da Divisão;
- ❖ Executar tarefas correlatas determinadas por seus superiores.

COORDENADOR DE ENGENHARIA E PROJETOS (pg. 13 do Evento 16.20):

- ❖ Elaborar os projetos de engenharia solicitados por seus superiores;
- ❖ Fiscalizar as obras e serviços de engenharia desenvolvidos no município;
- ❖ Dar parecer e laudos de engenharia solicitados;
- ❖ Controlar os custos das obras executadas pelo município; e,
- ❖ Executar tarefas correlatas determinadas por seus superiores.

COORDENADOR DE CPD DA DIVISÃO DE EDUCAÇÃO (pg. 01 do Evento 16.21):

- ❖ Coordenar a utilização adequada e a manutenção dos equipamentos de informática do setor;
- ❖ Dar suporte técnico aos servidores designados para a utilização dos equipamentos;
- ❖ Fiscalizar o cumprimento da legislação pertinente a sua área de atuação;
- ❖ Desenvolver tarefas que visem o aperfeiçoamento na utilização dos sistemas e equipamentos do setor; e,
- ❖ Executar tarefas correlatas determinadas por seus superiores.

Como bem apontado por UR-05, essas distorções já foram objeto de recomendação por parte desta Corte de Contas desde, no mínimo, exercício de 2018 (TC 4370/989/18), 2019 (TC 4711/989/19-4) e 2020 (TC 3059/989/20-2).

De igual modo, apurada a contratação de servidores para cargos em comissão com formação incompatível às funções a serem exercidas, desatendendo pacífico posicionamento deste Tribunal, que entende necessária a graduação superior, nos moldes delineados pelo Comunicado SDG 32/2015.

No exercício em exame a Prefeitura despendeu R\$ 732.367,83 no Pagamento de Horas-Extras aos seus servidores, sem que houvessem as correspondentes justificativas que fundamentassem o procedimento adotado, podendo configurar, portanto, aumento indireto de vencimentos.

Note-se que a matéria já foi objeto de apontamento e determinação para correção, por ocasião da análise das contas relativas ao exercício de 2018 (TC 4370/989/18).

Em que pesem as considerações da Origem (Evento 69.1), que ratifica seu entendimento de regularidade às matérias, propomos nova recomendação ao Executivo local para que atente às observações da Fiscalização e posicionamento desta Corte de Contas.

A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO E A LEI DA TRANSPARÊNCIA

- A Prefeitura Municipal não regulamentou a Lei de Acesso à Informação;
- A Prefeitura não disponibiliza no Portal da Transparência a publicação das demonstrações financeiras, divulgação dos últimos pareceres emitidos por esta Corte de Contas, as atas de audiência pública, editais de licitação na modalidade Carta Convite e dos planos e relatórios de saúde, em desatendimento ao artigo 8º da Lei Federal nº 12.527/11.

FIDEDIGNIDADE DOS DADOS INFORMADOS AO SISTEMA AUDESP

- Constatadas divergências entre os dados informados pela origem e aqueles apurados no Sistema Audesp/IEG-M.

ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E

Exercício 2019	TC 004711.989.19	DOE 26/03/2021	Data do Trânsito em julgado 12/05/2021
Recomendações:			
<ul style="list-style-type: none">Aperfeiçoe as peças orçamentárias, estabelecendo indicadores que permitam a real aferição do desempenho;Estabeleça limite para a abertura de créditos suplementares em linha com a inflação esperada para o exercício, conforme o Comunicado SDG nº 29/2010;Aperfeiçoe o setor de Controle Interno;Regularize o quadro de pessoal, definindo corretamente as atribuições dos cargos em comissão, conforme o disposto no art. 37, V, da Constituição Federal;Proceda à instituição da CIP;Adote medidas eficazes para melhorar os Índices de Eficiência da Gestão Municipal, considerando, para tanto, os questionários setoriais, as metas previstas no Plano Nacional da Educação e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU;Informe com fidedignidade e tempestivamente os dados encaminhados ao Sistema Audes; eAtenda às Instruções e às recomendações deste E. Tribunal.			

RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Exercício 2020	TC 003059.989.20	DOE 25/03/2022	Data do Trânsito em julgado 13/05/2022
Recomendações:			
<ul style="list-style-type: none">Adote as providências necessárias à melhoria dos índices atribuídos à formação do IEGM, com revisão dos pontos de atenção destacados;Harmonize as fases de planejamento e execução do orçamento, de modo a evitar a ocorrência de elevados percentuais de alterações orçamentárias;Contabilize corretamente as despesas de pessoal, atentando para o disposto no § 1º do art. 18 da LRF;Aprimore a gestão de pessoal, com vista à identificação das atribuições e requisitos para provimento dos cargos em comissão, cuidando para que estes efetivamente se caracterizem como de chefia, assessoramento ou direção, observada a exigência de conhecimentos técnicos especializados compatíveis com a excepcionalidade dessas atividades;Institua a CIP – Contribuição para o Custeio da Iluminação Pública;Diligencie para que seja suprida a ausência de AVCB nas unidades de ensino e de saúde;Efetue ajustes para garantir a fidedignidade das informações inseridas no banco de dados do Sistema AUDESP, em cumprimento aos princípios da transparência e da evidencição contábil;Atenda integralmente às recomendações desta Corte de Contas.			

A Assessoria Técnica precedente (ATJ-ECO /Evento 78.1), ao analisar os aspectos de sua alçada, em especial, os Econômico-Financeiros, opina pela APROVAÇÃO das contas aqui tratadas.



**ASSESSORIA TÉCNICO-JURÍDICA
ATJ**



Nesse sentido, acompanhando nossa preopinante, somos S.M.J., pela EMISSÃO DE PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL À APROVAÇÃO DAS CONTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁLVARES MACHADO, relativas ao exercício de 2022, sem embargo, contudo, das recomendações sugeridas.

É o nosso posicionamento.

ATJ, 16 de novembro de 2023.

SÉRGIO FORTUNA JARRA

Assessoria Técnica